



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **4000479-22.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **LILIAN DE LIMA SILVA**
 Requerido: **BANCO SANTANDER S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que mantinha conta bancária junto ao réu, a qual foi devidamente encerrada.

Alegou ainda que a despeito disso o réu posteriormente a informou sobre a existência de suposto débito atinente àquela conta, além de promover sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito.

Almeja à declaração da inexistência da dívida e ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que suportou.

As alegações da autora estão respaldadas na prova documental que instruiu a petição inicial.

Nesse sentido, os documentos de fls. 05 e 07 demonstram que o réu por duas vezes admitiu que a conta bancária da autora estava encerrada, de sorte que não se poderia cogitar de algum débito em aberto na mesma.

Tais documentos não foram impugnados pelo réu, é relevante assinalar.

Não obstante, sobreveio a negatização da autora, cristalizada no documento de fl. 08.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Diante desse panorama, seria imprescindível que o réu comprovasse a condição da autora de sua devedora, detalhando com a indispensável precisão de que maneira teria sido constituída a suposta dívida, seja por força art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor, seja diante do que dispõe o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil.

Ele, porém, nada amealhou a esse respeito, além de não oferecer um indício sequer que respaldasse sua conduta.

A validade do encerramento da conta da autora foi reconhecido pelo réu em duas oportunidades e nada de concreto faz supor que ela lhe remanescesse devendo alguma importância.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, torna de rigor a conclusão de que não havia lastro à negativação perpetrada pelo réu, sendo de rigor a declaração da inexistência da dívida que lhe deu causa.

Ademais, diante disso resta indubitável o dano moral sofrido pelo autor passível de ressarcimento, consoante pacífica orientação jurisprudencial:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

*“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se *in re ipsa*, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica”* (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

Todavia, o valor da indenização não haverá de ser o proclamado pela autora, que se afigura excessivo.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pela autora em seis mil reais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência da dívida tratada nos autos e para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fl. 11.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA